

Sarney até 90

Quércia afirma que Ulysses será o "Cristo" do PMDB

ANDREW GREENLEES
em São Paulo

"O doutor Ulysses vai ser o Cristo do PMDB", disse à Folha, na quarta-feira à noite, o governador de São Paulo, Orestes Quércia, referindo-se à "candidatura natural" do presidente do partido e do Congresso constituinte ao Palácio do Planalto. Quércia apressou-se em explicar o sentido da frase: "A campanha vai ser um verdadeiro sofrimento e o candidato tem que ser o doutor Ulysses, que durante toda a vida quis chegar à Presidência da República."

O governador paulista está convencido de que a aprovação dos cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, mesmo transferindo as eleições para o próximo ano, abre oficialmente a campanha sucessória. "E o PMDB tem todas as chances de ganhar", garantiu Quércia, instalado em seu gabinete no Palácio dos Bandeirantes e já convencido de que o plenário do Congresso constituinte aprovaria os cinco anos. Ontem, no momento em que esta previsão era confirmada, Quércia enfrentava o trânsito de São Paulo em direção ao Fórum da cidade, onde presidiu uma cerimônia do Colégio de Procuradores de Justiça.

O cenário político, a partir de agora, na visão de Quércia, mostra a campanha presidencial nas ruas, o PMDB forte, e os governadores com grande influência na sucessão. O quadro, no entanto, é insuficiente para levá-lo a admitir sua própria candidatura. "Não sou candidato, este ônus é do doutor Ulysses", insiste.

Por quê então os meios políticos o consideram um provável candidato? "É natural", disse Quércia. "Sou o governador de São Paulo e as coisas aqui vão bem, mas repito que não sou candidato." Parlamentares paulistas, por outro lado, acreditam que nem tudo caminha tão bem no



Quercia no Palácio dos Bandeirantes; ao fundo, vê-se o lema "Pro Brasilia fiant eximia" (fazendo o melhor pelo Brasil)

momento. O caso da "Raspadinha" teria causado forte impacto no governo, forçando a candidatura quercista submergir, pelo menos por enquanto.

Jânio

Outro fator para esta cautela chama-se Jânio Quadros, prefeito de São Paulo. No Palácio dos Bandeirantes, ninguém se arrisca a descartar a candidatura de Jânio. "Ouço dizer que ele é candidato", admitiu

Quercia. "Mas ainda acho que tanto ele o Brizola perdem para o PMDB."

A conversa com a Folha assumiu um tom mais duro quando o assunto passou a ser a dissidência do partido que pretende formar uma nova legenda. "Quem sair estará equivocado se pensar que levará força política para fora do PMDB", disparou Quercia, rebatendo também a argumentação dos dissidentes no sentido de que o partido desviou-se

das propostas originais. "Se houve erros eles também os cometeram", afirmou o governador. "Final, eles tiveram nas mãos o comando da economia e foram incompetentes", acrescentou, numa clara referência ao empresário Dilson Funaro, que ocupou o Ministério da Fazenda.

Ainda sobre os dissidentes, uma última farsa: "Vamos perder alguns valores, mas não será um prejuízo substancial." Segundo Quercia, o

PMDB manterá intacta sua característica de legenda de centro-esquerda.

Sarney

A definição do mandato abre também, na opinião do governador, nova fase no relacionamento entre o PMDB e o presidente José Sarney. "O partido tem que fazer um entendimento de colaboração com o governo e a iniciativa deve partir do presidente Sarney", comentou, sem afastar a possibilidade de uma reforma ministerial. "Assim que puder, vou dizer ao presidente que considero necessário que ele se componha com os governadores e o partido." A frase deixa clara a intensão de influir numa eventual alteração ministerial. Quercia ressaltou ainda que o PFL poderá participar, em sua opinião, deste entendimento.

"A crise é séria e o PMDB tem que ajudar o governo a sair dela", continuou. "E o presidente Sarney tem condições de propor um programa de ação neste sentido, discutindo isto com o partido." Segundo o governador, um bom início seriam as medidas sugeridas por ele, além de empresários e sindicalistas, ao presidente Sarney, recentemente, na Granja do Torto, em Brasília. "A prioridade agora deve ser a inflação, a abertura ao investimento externo resguardando nossa soberania e o aquecimento da economia."

Convenção

Mas, se cabe a Sarney a iniciativa do entendimento, o PMDB também está diante de um dever, conforme avalia Quercia. "O partido não é governo nem oposição", reclamou o governador. A ocasião ideal para solucionar este dilema será a Convenção nacional marcada para o dia 21 de agosto. "O PMDB terá que definir sua relação com o governo", afirmou, admitindo que o encontro levará a uma modificação na direção nacional peemedebista.

A votação do mandato presidencial não alterou a rotina diária de Quercia. Na véspera, ele já havia demonstrado pouco interesse em acompanhar a transmissão da televisão. "Prefiro assistir filmes", brincou. Ontem pela manhã, o governador estava em seu ambiente preferido. Prefeitos de 63 municípios foram ao Palácio assinar um convênio com o Estado para a construção de casas populares.

Falando em nome dos presentes, o prefeito de Novo Horizonte, Sidnei Biase (PDS) ostentando um vistoso chapéu de vaqueiro, lembrou que a verba liberada ontem resultou de um duro embate entre Quercia e o governo federal, decidido a limitar os empréstimos para o Estado. "Os prefeitos vão reconhecer este governo sério", afirmou Biase, sob aplausos dos prefeitos.

O almoço foi oferecido ao "brazili-anista" Thomas Skidmore. "A transição democrática ainda não terminou e o presidente Sarney precisa agora de uma base política para atingir seus objetivos até o final do mandato", opinou Skidmore, antes de entrar no elevador privativo do Palácio dos Bandeirantes. Quercia aproveitou para narrar uma conversa com o dirigente cubano Fidel Castro, há 29 anos no poder: "Eu contei a polêmica sobre o mandato e ele (Fidel) achou quatro anos pouco." Na entrevista à Folha, Quercia tinha sobre a mesa um dos livros do autor norte-americano. "O Skidmore diz que o PMDB é o grande partido nacional e isto é verdade", comentou o governador, folheando a publicação.

No início da noite, esteve no Palácio dos Bandeirantes o ministro da Saúde, Borges da Silveira, para anunciar um simpósio sobre Aids, em convênio com o governo de Israel. O ministro estava certo da vitória dos cinco anos, assim como Quercia, que saiu por uma porta lateral no momento em que terminou a cerimônia.

Jânio aponta Eloá como empecilho à candidatura

Da Reportagem Local

O prefeito Jânio Quadros, 71, disse ontem às 18h, em seu gabinete na Prefeitura Municipal, que este é o seu último mandato e que não vai deixar que "as ambições políticas" sacrifiquem a vida de sua mulher, Eloá. "Basta o que ela já pagou pela minha carreira, desde o Colégio Dante Alighieri (em São Paulo) até à Presidência da República, onde fui mal-sucedido", disse Jânio, acrescentando que "a mim me quebram, mas a ela jamais quebrarão".

O prefeito fez as declarações durante a cerimônia de posse do novo secretário de governo, o procurador Ernesto Augusto Lopes Filho.

Perguntado, depois da solenidade, se este seria o seu recado definitivo aos que anunciam sua candidatura à Presidência da República, Jânio afirmou que sua mulher "está há vários dias de cama, sofrendo cobaloterapia e quimioterapia" (tratamentos para o câncer) e perguntou: "Serve isto?"

Manifesto

Sobre a iniciativa do "Movimento Popular Jânio Quadros" de lançar sua candidatura, em manifesto cujo primeiro nome é o de sua mulher Eloá Quadros, o prefeito disse que "ela não sabe de nada disto", e que ele não estava informado a respeito.

Destacou que "há quem goste de alguns homens, procurando santificá-los em vida, e há quem os detestem em tal medida que lhes dão cornos e cauda e cheiro de enxofre", aplicando a afirmação ao seu próprio caso.

Sobre a decisão do Congresso constituinte de assegurar um mandato de cinco anos para o presidente

José Sarney, Jânio afirmou que foi "absolutamente natural, podendo causar surpresa apenas a alguns cavalheiros gananciosos e ávidos de poder."

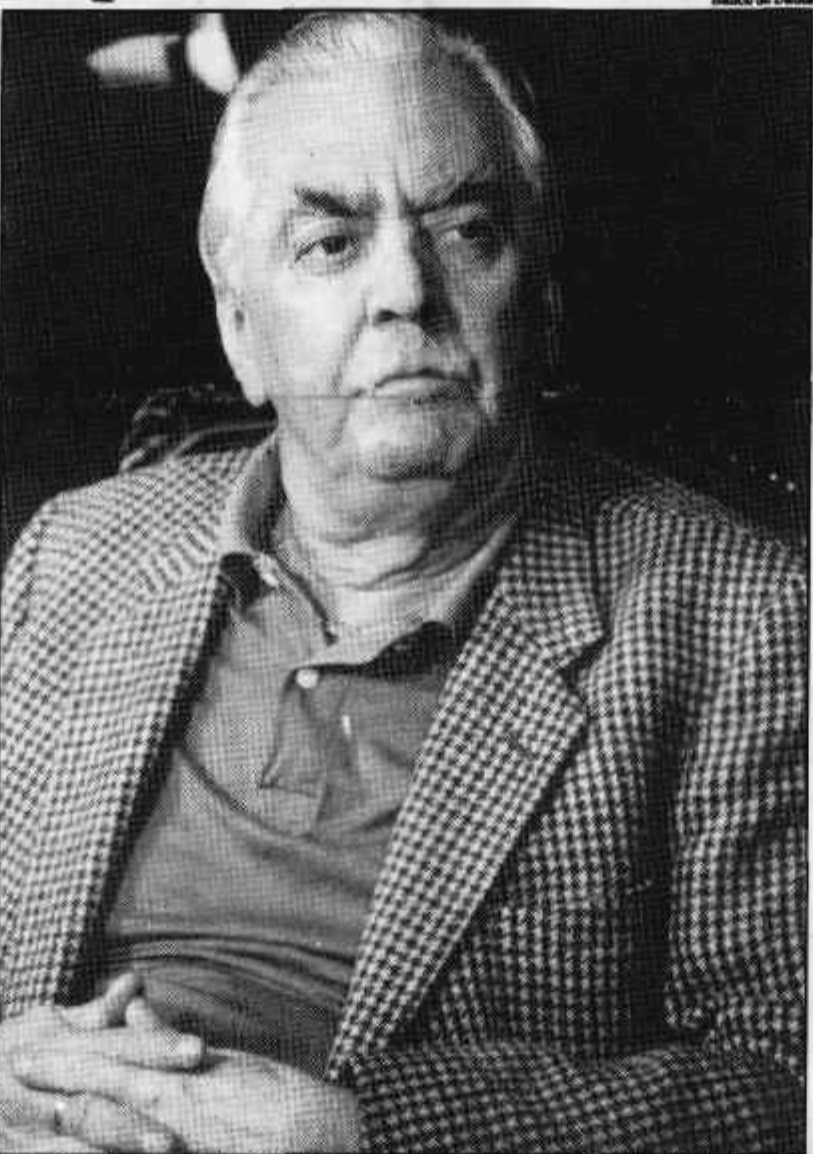
Acrescentou, em tom de pergunta, que "se o Congresso concedeu a todos os futuros presidentes um mandato de cinco anos, porque iria submeter a uma diminuição o atual chefe da nação?" Enfatizou que "na verdade, Sarney foi eleito por seis anos e ele mesmo abriu mão de um", e que quatro anos de mandato "seria um malefício".

Eleições

Jânio defendeu, depois, a realização antecipada de eleições presidenciais no próximo ano "sem prejudicar o mandato de Sarney", coincidindo com as eleições municipais. "Todos sabem que não sou candidato a nada, mas eu não sei se o país está em condições de fazer eleições gerais este ano, no próximo e em 1990", disse o prefeito.

Jânio afirmou ainda que as eleições este ano "tirariam o país do jejum eleitoral a que todos estivemos submetidos" mas que "a situação social e econômica do país está de tal maneira perturbada que precisamos respirar um pouquinho."

Para o prefeito, o país "precisa tomar um pouco de cuidado, verificar como está o céu, se é de brigadeiro ou não, se se pode voar ou não, ver como está o mar, se está tranquilo e como está a terra, verificando se não há o ruído de carros pesados, movimentando-se nela." Disse, porém, que viu o céu ontem, às 6hs30. Seu dia foi normal. Jânio foi informado do resultado da votação sobre o mandato presidencial pelos seus assessores imediatos.



Jânio Quadros, prefeito de S. Paulo, um dos possíveis candidatos à Presidência

Lula diz que resultado foi a 'segunda maior frustração'

Do Sucursal de Brasília

"O mais triste é pensar que a gente poderia ter eleições diretas em 1988 com a emenda do Figueiredo (ex-presidente João Baptista Figueiredo) de 1984". Com esta frase, o virtual candidato do PT à Presidência da República, deputado Luis Inacio Lula da Silva, definiu o resultado da aprovação do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. A principal consequência do que ele qualificou de "a segunda maior frustração do povo brasileiro" é a definição do quadro político e, consequentemente, a largada de sua campanha a presidente.

Ainda hoje o comitê eleitoral responsável pela elaboração da campanha e formado, entre outros, pelos deputados José Genoíno (SP) e Plínio de Arruda Sampaio (SP), se reunirá em Brasília para traçar o cronograma básico. Um ponto já está definido: terminado o Congresso constituinte, o candidato Lula iniciará uma série de viagens pelo país para manter contato com os principais problemas do Brasil. Estas viagens constituem o primeiro estágio da campanha — com duração ainda indefinida, mas que deve durar até o início de 1989. Nessa fase, não serão realizados comícios em palanque, mas reuniões, com no máximo 200 pessoas, com lideranças locais. A importância desse estágio, segundo Plínio, é "formar alianças e articulações" em torno dos principais problemas.

A experiência proveniente desse primeiro estágio servirá como subsídio para a elaboração do programa de governo de Lula, segundo Plínio. Isto feito, será dado início à campa-

nha tradicional, com comícios e debates na TV.

A única mudança do quadro político após a definição do mandato, na opinião de Lula, é a saída de políticos do PMDB para a formação de um novo partido, que ele define como de centro-esquerda e com um "grande contingente de parlamentares". E a consequência dessa mudança será uma "maior facilidade para as conversações políticas e para um entendimento".

Quanto à realização de possíveis alianças para as eleições de 1989, apesar de julgar ainda muito cedo, Lula considera o novo quadro político como mais favorável para isso. "É mais fácil se entender com o Fernando Henrique e o Covas que com o Roberto", disse.

Do ponto de vista econômico, as únicas mudanças possíveis depois da definição dos cinco anos, na sua opinião, são o "aumento da recessão e do desemprego". Isso será fruto, explicou, do cumprimento das "exigências do FMI (Fundo Monetário Internacional)", para acrescentar que a "reação da classe trabalhadora será maior do que quando o governo congelou a URP".

Lula chegou ao Congresso ontem às 9h e se dirigiu ao plenário, às 11h, para o início das votações. Com a suspensão da sessão, Lula foi almoçar com o presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Jair Meneguelli. As 13h30, ele participou de um debate com o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) sobre o mandato, quando afirmou que a eventual aprovação dos cinco anos causaria "uma frustração muito grande da sociedade brasileira".

Caiado quer ver a UDR participando do poder

Da enviada especial a Goiânia

A UDR (União Democrática Ruralista) vai participar ativamente da campanha para a eleição do próximo presidente da República, em novembro de 89, apoiando um candidato identificado com as propostas defendidas pela classe rural brasileira.

"Depois da vitória que tivemos na votação da Constituinte, resguardando a propriedade produtiva da reforma agrária, chegou a hora de participarmos também do poder", afirma o presidente da entidade, Ronaldo Caiado, 38, licenciado do cargo há 15 dias.

Cuidadoso ao falar de assuntos políticos, Caiado faz logo uma ressalva: a UDR não pretende lançar um candidato à Presidência.

Nem mesmo o seu nome, ainda que as pesquisas de opinião o coloquem como candidato em potencial à sucessão do presidente José Sarney. "Se nas pesquisas aparece meu nome é porque o que fiz à frente da entidade está no caminho certo. Mais nada", esquivou-se, sem querer revelar quais são seus planos políticos para o futuro.

Vida pessoal

A curto prazo — pelo menos nos próximos 60 dias — ele só pensa numa coisa: reorganizar sua vida pessoal, depois de três anos de dedicação quase exclusiva à UDR. Fim deste prazo, poderá voltar à presidência da UDR e à maratona de viagens pelo país — de janeiro do ano passado até o último dia 15 de maio foram nada menos que 320 viagens.

Nos próximos dois meses, porém,

Tomar Senozon/ "O Popular"



O líder rural Ronaldo Caiado, presidente licenciado da UDR, em seu consultório médico na cidade de Goiânia

a disposição de Caiado será dedicar seu tempo às duas fazendas em Goiás e à medicina — de resto, suas maiores paixões, além da política. O trabalho no campo recomeçou há dez dias, quando retomou o comando da colheita do feijão, milho e arroz, logo depois do a bastamento da presidência da UDR.

O atendimento aos pacientes na sua clínica de ortopedia e traumatologia em Goiânia, fundada há oito anos juntamente com mais três médicos, só foi retomado anteontem. Alheio às discussões na constituin-

te para a votação do mandato de Sarney, Caiado teve um dia de trabalho duro. Pouco depois das 7 horas da manhã, estava na sede regional da UDR, assinando uma procuração que permite a seus advogados ingressar na Justiça contra a aplicação da correção monetária sobre um empréstimo contratado em junho de 86 junto ao Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge).

Se fosse obrigado a pagar a dívida vencida no último dia 1º, teria que desembolsar Cz\$ 4,4 milhões, mas trabalha com a hipótese de obter

uma liminar judicial suspendendo temporariamente o pagamento.

Votação

A votação dos cinco anos para Sarney não o entusiasmou. "Agora, o assunto deixa de ser momentoso", comentou. Afinal, na sua ótica, as perspectivas para a classe rural brasileira não mudam muito, com quatro ou cinco anos para o atual presidente. "Nós temos é que nos organizar e participar do poder. Afinal, você já viu alguma página da história ser escrita pelos perdidos? Eu não." (Rosane Alves)

Para Maluf, o Brasil 'perde' com a definição pelos 5 anos

Do Redação

Para quem já teve a oportunidade de avistar, pela janela, o Parque do Ibirapuera (sede da Prefeitura de São Paulo) e os jardins do Palácio dos Bandeirantes (sede do governo estadual), ambos na zona sul de São Paulo, a vista do Parque da Água Branca, um recinto da Secretaria da Agricultura, normalmente destinado a exposições de animais, pode não ser muito atraente. Mas é essa a rotina do ex-prefeito e ex-governador de São Paulo Paulo Salim Maluf (PDS), 56, repetida mais uma vez ontem, quando em Brasília os constituintes se reuniram para votar o mandato presidencial. É do seu gabinete na av. Francisco Matarazzo, defronte ao Parque da Água Branca, na zona oeste da capital, que Maluf dirige a Eucatex S/A (ao lado de seu irmão, Roberto), dispara seus dardos contra o PMDB e diz que "o Brasil perde" com a aprovação dos cinco anos.

Derrotado no Colégio Eleitoral por Tancredino Neves, na disputa da Presidência (em 1984), e eterno candidato a presidente da República, Maluf acredita que os peemedebistas traíram um compromisso ao dar apoio aos cinco anos de mandato para o presidente Sarney. "Havia um compromisso público, tanto de Tancredino, quando de Maluf, de que convocariam eleições diretas em 88", diz.

Ele lembra que o então presidente da República, João Baptista Figueiredo, enviou ao Congresso Nacional, em abril de 84, um projeto estabelecendo eleições presidenciais diretas em 88, e que o PMDB recusou apoiá-lo, pois queria a aprovação da

emenda Dante de Oliveira, que marcava eleições diretas para 1984. Maluf considera essa mudança de postura do PMDB — ou parte dele — uma "hipocrisia", uma "incoerência". Um problema que ele também aponta no seu próprio partido. Pelo mesmo compromisso assumido com a emenda Figueiredo, Maluf também considera um "erro" que parlamentares do PDS tenham votado pelos cinco anos. "O Congresso deu uma manifestação de fisiologismo; é um episódio de balcão mercantil", diz.

Se Maluf é explícito ao definir o que aconteceu até a vitória dos cinco anos, ele torna-se reticente ao apontar o que deve acontecer agora, no cenário político. Ao ser perguntado se a aprovação dos cinco anos ajudaria na articulação de uma possível candidatura Maluf à Presidência, ele responde apenas que "isso não está em discussão" e que "resta saber se o país aguenta mais dois anos desse governo". O que ele acredita, e não esconde, é que, "tendo um calendário eleitoral, as coisas se esclarecem". Mesmo antes da definição, Maluf já fazia questão de marcar presença no cenário político, visitando, aos sábados, cidadãos do interior paulista.

No final da tarde, Maluf dirigiu-se ao escritório do presidente regional do PDS, Roberto Paulo Ritcher (na av. Paulista, região central de São Paulo), onde acompanhou a votação, ao lado dos deputados estaduais Abdo Hadade, Afanasio Jazdji e Maurício Najjar, todos do PDS. Para Maluf, "o eleitor brasileiro vai se lembrar" dos parlamentares que votaram pelos cinco anos.

(Marcelo Bauer Cunha)